

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção levanta as dez principais propostas aprovadas pela Câmara Federal no primeiro semestre deste ano. Trata ainda da manutenção da liderança de Lula nas últimas pesquisas de intenção de voto, mesmo passados cem dias de sua injusta prisão, e relata esforços da Operação Lava Jato para mantê-lo como preso político e o impacto dessas ações na queda de popularidade de Moro. As convenções demonstram os arranjos dos partidos, com o objetivo de enfrentar a candidatura de Lula.

Top ten: propostas aprovadas pela Câmara

No primeiro semestre de 2018, a Câmara dos Deputados aprovou 87 propostas no plenário, em vinte medidas provisórias, 27 projetos de lei, 37 projetos de decreto legislativo, dois projetos de resolução e um projeto de lei complementar. Foram também aprovados 71 projetos na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que não precisam passar pelo plenário

Eles abordam temas relacionados a energia, transporte, finanças públicas, economia, trabalho, ciência e tecnologia, meio ambiente, segurança, direito e justiça, educação, direitos civis, saúde, habitação e acesso a dados e comunicação. Elencamos aqui as dez principais medidas votadas na Câmara neste período.

A primeira matéria votada neste ano foi na área de segurança, direito e justiça, o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 886/18, de Michel Temer, que pediu intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. A intervenção será mantida até o dia 31 de dezembro de 2018, sob comando do general Walter Souza Braga Netto. Para viabilizar e custear a intervenção foi necessária a

aprovação da Medida Provisória 825/18, que concedia crédito extraordinário de 1,2 bilhão de reais para compra de veículos, armamento, munição e contratação de serviços e pessoal. Ainda na área de segurança, a Câmara dos Deputados aprovou também o Projeto de Lei 3734/12 do Poder Executivo, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. O projeto prevê operações com planejamento e execução integrados e estratégias comuns para prevenir crimes, com registros de ocorrências e informações compartilhadas e intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos.

Na área de energia, um dos projetos mais polêmicos votados pela Câmara dos Deputados foi o PL 8939/17, que permite à Petrobras transferir até 70% de seus direitos de exploração do pré-sal a outras petroleiras nas áreas de cessão onerosa. Outro projeto da área que provocou divergências foi o PL 10332/18, do Poder Executivo, que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras. Ambas as matérias estão em análise no Senado, mas o leilão da Companhia

de Energia do Piauí (Cepisa) ocorreu em 26 de julho.

Na área de transportes, a greve dos caminhoneiros que paralisou o país no fim de maio fez com que a Câmara aprovasse a Medida Provisória 832/18, que permite à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) fixar valor mínimo para o frete no transporte rodoviário de cargas. E o PL 4860/16, que prevê um novo marco regulatório do transporte de cargas no Brasil, sobre frete, seguro, relações contratuais e penalidades do Código de Trânsito Brasileiro. Outra reivindicação dos caminhoneiros foi a isenção da cobrança de pedágio para caminhões com eixos suspensos, vazios ou com carga parcial, aprovada por meio da Medida Provisória 833/18.

Na área de finanças públicas, a Câmara aprovou a Medida Provisória 801/17, que dispensa os estados de uma série de exigências para renegociar suas dívidas com a União. E, na área de economia, o Projeto de Lei 8456/17, do Poder Executivo, que acaba com a desoneração da folha de pagamento para a maioria dos setores hoje beneficiados.

Nesse conjunto de dez medidas, consideradas entre as mais polêmicas, é notória a presença do Executivo pautando o Legislativo. Parte delas refletem o objetivo da privatização desse governo, outras, seu caráter autoritário, sobretudo na inusitada proposta de intervenção na área de segurança pública ou mesmo no impasse gerado com a demora na negociação durante a greve dos caminhoneiros. Embora a Câmara tenha aprovado medidas que poderiam causar impacto positivo na economia, ainda não se percebe nenhuma mudança significativa para a população, o que faz com que o governo atual seja o mais mal avaliado que o Brasil já teve e Temer tenha 93% de reprovação, segundo a última pesquisa realizada pela Ipsos e publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no último dia 19 de julho.

A liderança de Lula nas intenções de voto

Lula continua sendo o candidato com maior taxa de aprovação (45%) e o de menor índice de rejeição entre os principais nomes na disputa presidencial, enquanto as taxas de aprovação dos outros candidatos não ultrapassam 20% (Alckmin 18%, Ciro 19% e Bolsonaro 20%).

A nova pesquisa da Vox Populi, encomendada pela CUT e realizada entre os dias 18 e 20 de julho, mostra que, mesmo preso há mais de cem dias e com todas as manobras políticas e jurídicas para mantê-lo nesta condição, Lula continua líder absoluto, com 41% de intenções de voto, mais do que os 39% registrados em maio. Em segundo lugar, aparece o deputado Jair Bolsonaro (PSL), com praticamente um terço das intenções de voto de Lula, mantendo-se com 12%; seguido por Ciro Gomes (PDT), com 5%. Marina Silva (Rede) caiu de 6% para 4%, empatando com Geraldo Alckmin (PSDB), que também registrou apenas 4%. Manuela D'Ávila (PC do B) e Álvaro Dias (Podemos) seguem ambos com 1% das intenções de votos.

O desinteresse e desencanto com a política também se expressa em taxas de 18% que dizem que não vão votar em ninguém, branco ou nulo e 12% que ainda não sabem em quem votar.

Nas simulações de segundo turno, Lula derrotaria todos os adversários: com 50% das intenções de votos, contra 16% de Bolsonaro, 12% de Marina e 11% de Ciro. Contra Alckmin, Lula ultrapassa metade das intenções de voto, com 52% contra apenas 10% do candidato tucano.

Com mais que a soma das intenções de voto de todos os seus adversários, que alcançou 29%, Lula tem chances reais de vencer as eleições já no primeiro turno, o que o torna alvo de uma perseguição política como se viu no último dia 8 de julho. Durante seu plantão, o desembargador Rogério Favreto do TRF-4 concedeu habeas corpus impedido pelos deputados Wadih Damous, Paulo Pimenta e Paulo Teixeira, do PT, para Lula ter direito a participar das campanhas eleitorais, garantindo à população o direito a eleições livres e democráticas, uma vez que seus direitos políticos não se encontram suspensos.

A ordem de Favreto foi desacatada pelo juiz Sérgio Moro, que interrompeu suas férias e afirmou que o desembargador, seu superior hierárquico, não tinha competência para soltar o ex-presidente Lula e orientou os servidores da Polícia Federal a não cumprirem a ordem judicial, alegando que teria que ouvir o desembargador Gebran Neto, relator do caso, que chamou para si o processo e suspendeu

o alvará de soltura do Lula. Minutos depois, Favreto expediu outro despacho determinando à Polícia Federal que cumprisse imediatamente a ordem de soltura, que foi negada pelo presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores.

O que se viu foi uma manobra da Justiça para manter Lula preso e impedido de disputar as eleições. Chamou a atenção a atitude de Sérgio Moro de descumprir uma ordem superior, interromper suas férias e se manifestar num processo que está sob sua jurisdição, mas não naquele momento, indicando claros interesses e a politização do Judiciário.

Segundo a pesquisa “Barômetro Político”, realizada pelo Ipsos para o *Estadão* após esse episódio, a aprovação do juiz Sérgio Moro, que já foi de 69% em maio do ano passado, baixou para 37% e sua rejeição chegou a 55%, superando a de Lula, que é a mais baixa entre as diversas personalidades testadas (54%). Entre seus principais adversários na disputa eleitoral, Alckmin lidera no índice de rejeição, com 70%, Ciro tem 65%, Jair Bolsonaro 64% e Marina Silva 63%.

Frente à liderança incontestável de Lula, os partidos adversários testam diferentes arranjos para tentar derrotá-lo em outubro.

Arranjos nas chapas dos adversários de Lula

Os prazos das convenções partidárias para definição das chapas que irão concorrer nas próximas eleições iniciaram em 20 de julho e se estendem até o próximo dia 5 de agosto. No dia 20, o PDT de Ciro Gomes, o PSC, de Paulo Roberto de Castro, e o PSTU fizeram suas convenções. No dia 22 foi a vez do Psol, de Guilherme Boulos, e do PSL, de Jair Bolsonaro, realizarem as suas. No dia 28 será realizada a convenção da Democracia Cristã, de José Maria Eymael. O PC do B, que tem como pré-candidata Manuela D'Ávila, fará sua convenção partidária no dia 1º de agosto, e o MDB, de Henrique Meirelles, e o DEM, de Rodrigo Maia, fecham sua composição no dia 2.

No sábado, 4 de agosto, é a vez do PSDB, de Geraldo Alckmin, o partido Novo, de João Amoedo, a Rede, de Marina Silva, o Podemos, de Álvaro Dias, e

o PT, cujo pré-candidato é Luiz Inácio Lula da Silva, realizarem suas convenções. O PRTB e PPL fecham a agenda das convenções partidárias no próximo 5 de agosto.

Mesmo entre os partidos que já realizaram suas convenções, ainda há indefinições quanto às vagas de vice e de formação de bloco de aliança. Nos próximos dias, os pré-candidatos Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) farão de tudo para fechar alianças com o maior número possível de legendas. Um dos grupos mais disputados é o do Centrão, formado pelo DEM, PP, PR, PRB e SD que juntos somam 164 deputados federais, 438,8 milhões de reais no Fundo Eleitoral e catorze minutos e 47 segundos de tevê por dia durante a campanha presidencial.

O “Blocão” chegou a negociar com o candidato do PDT, Ciro Gomes; parte do grupo negociou com o candidato do PSL, Jair Bolsonaro. A maior parte do Centrão garantiu a governabilidade do atual governo Temer, com a aprovação de medidas como a emenda do teto de gastos públicos, a reforma trabalhista e a do ensino médio. Em entrevistas, Ciro divergiu dessas medidas o que fez com que o Centrão se recusasse a apoiá-lo. Atualmente Ciro tem realizado constantes conversas com Marina Silva, também pré-candidata pela Rede, para tentar ampliar seu tempo de tevê.

Até o dia 26 de julho, o Blocão composto por DEM, PP, PR, PRB e SD, além dos partidos PSD, PV, PTB e PPS, fecharam apoio a Geraldo Alckmin, do PSDB, o que lhe garante cinco minutos e 57 segundos por dia do horário eleitoral e 852,8 milhões de reais do fundo eleitoral. O vice de Alckmin, no entanto, ainda não está definido. Um dos nomes mais cotados era o de Josué Gomes, filho de José Alencar, vice-presidente nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e atualmente filiado ao PR, de Valdemar Costa Neto, mas o empresário mineiro não aceitou o convite. Na tarde do dia 26, após a confirmação do apoio de seu partido à candidatura de Alckmin, o ex-ministro Aldo Rebelo (SD) retirou sua pré-candidatura à presidência e cogita-se a hipótese de seu nome estar entre os cotados para ser vice de Alckmin. Veja a imagem a seguir.

A MÁQUINA TUCANA



PARTIDOS ALIADOS DO PSDB

DEM, PP, PR, PRB, SD, PSD, PTB, PPS e PV

TEMPO DE TV

PSDB - 1min 13seg
 PP - 52 seg
 PSD - 49 seg
 PR - 47 seg
 PTB - 33 seg
 DEM - 30 seg
 PRB - 29 seg
 SD - 22 seg
 PPS - 15 seg
 PV - 7 seg

TOTAL

5min 57seg

RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

PSDB - R\$ 185.868
 PP - R\$ 131.026
 PSD - R\$ 112.013
 PR - R\$ 113.165
 PTB - R\$ 62.260
 DEM - R\$ 87.503
 PRB - R\$ 66.983
 SD - R\$ 40.127
 PPS - R\$ 29.203
 PV - R\$ 24.640

TOTAL

R\$ 852.788 MILHÕES

COMPARAÇÃO COM OS DEMAIS PARTIDOS



PT LULA

TEMPO DE TV: 1min35seg

FUNDO PARTIDÁRIO:

R\$ 212.244

Governadores: 5

Deputados: 61

Prefeitos: 255



PDT CIRO

TEMPO DE TV: 30seg

FUNDO PARTIDÁRIO:

R\$ 61.475

Governadores: 2

Deputados: 19

Prefeitos: 335



PSL BOLSONARO

TEMPO DE TV: 8seg

FUNDO PARTIDÁRIO: 9.203

Governadores: 0

Deputados: 8

Prefeitos: 0



REDE MARINA

TEMPO DE TV: 11seg

FUNDO PARTIDÁRIO:

R\$ 10.662

Governadores: 0

Deputados: 2

Prefeitos: 0

O candidato do governo, Henrique Meirelles, do MDB, também ainda não definiu seu vice. A coligação ainda não está fechada, o partido tem conversado com legendas com menores bancadas e pouco tempo de TV como o PMN, PHS e PROS, esse último também em diálogo com o PT e a Rede.

Da mesma forma, o PSL de Jair Bolsonaro tem dificuldade em definir seu vice e compor alianças. A expectativa era que Janaina Paschoal, a advogada responsável pelo impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, preenchesse a vaga, mas na convenção, realizada no dia 22, ela criticou algumas propostas defendidas pelo candidato e pediu mais tempo para pensar, o que fez com que o partido passasse a cogitar novos nomes, como o do astronauta Marcos Pontes, coronel reformado da Força Aérea e filiado ao PSL, o do príncipe Luís Phillippe

de Orleans de Bragança, um dos fundadores do Movimento Acorda Brasil e também filiado ao PSL; ou do general da reserva Hamilton Mourão, um dos principais articuladores da campanha de Bolsonaro, filiado ao PRTB, além do também general Augusto Heleno, filiado ao PRP. De qualquer forma, essas alianças previstas são com partidos pequenos que não lhe garantirão muito espaço na tevê.

Em suma, o centro do debate eleitoral permanece em torno da candidatura Lula, que já está decidida pelo partido, mas também, até o momento, ainda não definiu seu vice. As alianças mais desejáveis são com os partidos do campo progressista. A chapa será definida na convenção do partido no dia 4 e o registro da candidatura de Lula será efetivado no TSE até o próximo dia 15, como pede a legislação eleitoral, com grande manifestação popular em Brasília.